

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

A EXPANSÃO ALGODOEIRA NO RIO GRANDE DO NORTE NA DÉCADA DE 1860

ALESSANDRA MICHELLE ALVARES ANDRADE



NATAL/RN

2002.1

ALESSANDRA MICHELLE ALVARES ANDRADE



A EXPANSÃO ALGODOEIRA NO RIO GRANDE DO NORTE NA
DÉCADA DE 1860

*Monografia apresentada à disciplina
Pesquisa Histórica II, Ministrada pela
professora Doutora Denise Mattos
Monteiro, do Curso de História da
Universidade Federal do Rio Grande do
Norte, sob a orientação da professora
Doutora Denise Mattos Monteiro.*

NATAL/RN

2002.1

A todas as pessoas que, direta
ou indiretamente, contribuíram
para elaboração deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais que sempre estiveram presentes no decorrer desta graduação. Ao meu esposo, pelo apoio e compreensão. A minha filha, pelo carinho e amor nos momentos mais difíceis. Aos meus colegas de curso, com os quais passei momentos especiais e com que muito aprendi.

Sinceros agradecimentos aos professores do Curso de História, em especial a professora Denise Mattos Monteiro pela orientação indispensável e fundamental para a realização deste trabalho.

Por fim, aos amigos do Núcleo de Estudos Históricos, pelo material indispensável a esta pesquisa e pelas horas por mim tomadas.

SUMÁRIO

1- INTRODUÇÃO-----	6
2- EVOLUÇÃO DAS RELAÇÕES COMERCIAIS: DA COLÔNIA AO PAÍS INDEPENDENTE-----	9
3- A COTONICULTURA NORDESTINA E O COMÉRCIO BRASILEIRO	
3.1-O algodão no período colonial; -----	18.
3.2-Produção e comércio do algodão no século XIX.-----	23.
4- A EXPANSÃO ALGODOEIRA NO RIO GRANDE DO NORTE NA DÉCADA DE 1860-----	27.
5- CONSIDERAÇÕES FINAIS-----	37.
6- BIBLIOGRAFIA E FONTES-----	39.

1- INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por fim analisar a expansão econômica pela qual passou o Rio Grande do Norte no período que corresponde à década de 1860, no contexto do segundo surto exportador de algodão brasileiro para o mercado externo europeu. Desta forma, será utilizado, como nosso conceito-chave, o conceito de Divisão Internacional do Trabalho, tal como formulado por Celso Furtado, em sua obra: *Formação econômica da América latina*. Segundo qual, na segunda metade do século XIX, a relação entre a Europa e a América Latina estava baseada na existência de países produtores de produtos manufaturados e países produtores de matéria-prima.

Para tanto, faz-se necessário uma contextualização e considerando os motivos que impulsionaram a economia brasileira, incentivando-a a produzir um novo produto agrícola destinado ao mercado externo – o algodão. Este produto serviria como matéria-prima para o abastecimento das fábricas têxteis inglesa que estavam em pleno desenvolvimento desde o século XVIII, quando ocorreu a Revolução Industrial.

Por outro lado, a interrupção do fornecimento de algodão para o mercado britânico pelos Estados Unidos, principal produtor e fornecedor de algodão para o mercado externo, em função da Guerra de Secessão norte-americana (1862-65), permitiu a expansão da cotonicultura em outras regiões da América, sobretudo no Brasil. Neste caso, o Nordeste brasileiro, por possuir condições climáticas mais favoráveis ao desenvolvimento desta cultura, destacou-se como região de cultivo de algodão destinado ao mercado externo.

O corte cronológico de nosso trabalho compreende os anos de 1860 a 1873, que tiveram uma importância singular para a História do Rio Grande do Norte. A participação da província no chamado segundo surto exportador do algodão brasileiro, na década de 1860, foi responsável por um *superávit* econômico, não só no Rio Grande do Norte, como também em outras províncias nordestinas, como o Maranhão, Pernambuco e Bahia.

A metodologia utilizada para a elaboração deste trabalho, consistiu em, principalmente, compreender o contexto econômico mundial no decorrer do século XIX, para, a partir daí, focar o comportamento da economia brasileira no mesmo período e as

conseqüências da articulação com o mercado mundial para a província do Rio Grande do Norte.

Parte do conteúdo exposto nesse trabalho foi baseado em pesquisas de fontes primárias, as Falas e Relatórios dos Presidentes da Província do Rio Grande do Norte, referente aos anos de 1850 a 1873, de onde foram retirados dados para a composição de tabelas e gráficos.

A pesar da riqueza de informações contidas na bibliografia pesquisada, boa parte das obras analisadas citam apenas de forma superficial o período referente ao segundo surto exportador de algodão para o mercado externo, no Rio Grande do Norte, dando ênfase aos motivos que impulsionaram o aumento da produção algodoeira, mas não atribuindo importância aos efeitos deste aumento na província, em termos de mudanças e melhoramentos. Das obras pesquisadas podemos destacar “História do Rio Grande do Norte” de Luis da Câmara Cascudo e “Introdução à História do Rio Grande do Norte” de Denise Mattos Monteiro, como obras que abordaram as conseqüências que o segundo surto exportador provocou na província. A ausência de dados referentes aos melhoramentos ocorridos na província em função do segundo surto exportador de algodão dificultou, em muito, na elaboração do capítulo referente ao segundo surto exportador no Rio Grande do Norte.

Em termos de fontes, as Falas e Relatórios dos Presidentes da Província do Rio Grande do Norte apresentam importantíssimas informações sobre receitas provinciais, obras de melhoramentos em geral e comércio norte-rio-grandense. Mas, em função do espaço de tempo disponível para a elaboração deste trabalho, um semestre letivo, não foi possível analisá-las a fundo como pretendíamos.

Esperamos demonstrar com nosso trabalho, a importância que a cotonicultura teve na economia norte-rio-grandense, no período estudado.

Nosso trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro, abordamos a evolução das relações comerciais brasileiras, no contexto do comércio mundial. O capítulo seguinte enfoca a inserção da cotonicultura nordestina nesse comércio. No último capítulo tratamos da participação norte-rio-grandense no segundo surto exportador de algodão, especialmente, das mudanças pelas quais passou o Rio Grande do Norte, visando atender a demanda crescente de algodão nos anos de 1860 a 1873.

2- EVOLUÇÃO DAS RELAÇÕES COMERCIAIS: DA COLÔNIA AO PAÍS INDEPENDENTE.

O sistema colonial esteve diretamente relacionado com o expansionismo europeu, do qual Portugal foi um dos pioneiros. A partir de início do século XV, Portugal lança-se em um processo de expansão marítima que, segundo Prado Jr., foi favorecido pela localização geográfica portuguesa.¹

A partir do terceiro decênio deste século, Portugal promove a participação dos empresários europeus no ambiente da produção, através da colonização. Esta se efetivou a partir do sistema de distribuição de terras em forma de sesmarias: sistema este que já era conhecido de Portugal, uma vez que havia sido utilizado na ilha da Madeira.

O estabelecimento de uma empresa de caráter essencialmente econômico, utilizado por Portugal em suas colônias, e de exploração mercantil, demonstra o interesse luso nas áreas coloniais.

A colonização foi efetivada por meio da agricultura tropical; meio este encontrado por Portugal para tornar possível a valorização econômica das novas terras e, através do povoamento, garantir sua posse.

Segundo Novais, a primeira preocupação do Estado colonizador foi a de resguardar a área colonial frente as demais potências; administrando a colônia a partir da metrópole. Porém, o elemento definidor da dominação metropolitana é o monopólio do comércio colonial.²

O monopólio comercial garantia a metrópole, com exclusividade, a aquisição dos produtos coloniais, enquanto os produtos de consumo coloniais eram reservados a grupos de comerciantes portugueses, a preços monopolistas, proporcionando lucros extraordinários.

¹ PRADO JR., Caio. História econômica do Brasil, p. 14.

² NOVAIS, Fernando A. O Brasil nos quadros do antigo sistema colonial, p. 51.

Assim sendo, a colonização brasileira inicia-se na estrutura monopolista, própria do sistema colonial. A atividade econômica colonial foi organizada de acordo com a necessidade da procura europeia, devido às condições geográficas tropicais das áreas coloniais, foi possível implantar uma economia agrícola complementar à agricultura da Europa.

Dentre os produtos tropicais produzidos na colônia, o açúcar ocupa uma posição privilegiada, tendo em vista que sua procura, no início do século XVI, crescia em virtude da elevação do nível de renda da população europeia.

Desta forma,

“a cultura da cana e o fabrico do açúcar nas regiões quentes e úmidas do Brasil tropical apresentaram-se, na quarta década do século XVI, como uma solução que permitia ao mesmo tempo valorizar economicamente a extensa colônia, integrando-a nas linhas do comércio europeu, e promoveu o seu povoamento e ocupação efetiva, facilitando a sua defesa ante a concorrência colonial das outras potências”³

De acordo com os interesses do capitalismo comercial, a economia colonial, se comparada com a economia europeia, aparece como altamente especializada, uma vez que produz poucos produtos, os quais são altamente comerciáveis no mercado europeu. Portanto, o sistema colonial foi responsável pela organização da produção na colônia, haja vista que esta devia ser feita de modo a possibilitar uma grande margem de lucro aos empresários portugueses.

Para que se alcançasse tamanha lucratividade, fazia-se necessário a implantação de regimes compulsórios, semi-serviis ou escravistas, o que fazia do tráfico de escravos negros

³ Ib. Ibid, p. 58.

um setor importantíssimo para o funcionamento do sistema colonial e para a produção de mercadorias para exportação.

Segundo Novais,

“o escravismo, tráfico negreiro, formas várias de servidão, formam portanto o eixo em torno do qual se estrutura a vida econômica e social do mundo ultramarino valorizado para o mercantilismo europeu. A estrutura agrária fundada no latifúndio se vincula ao escravismo e através dele as linhas gerais do sistema; as grandes inversões exigidas pela produção só encontram rentabilidade, efetivamente, se organizada em grandes empresas. Daí decorre também o atraso tecnológico, o caráter predatório e o cíclico no espaço e no tempo que assume a economia colonial. A sociedade se estamentiza em castas incomunicáveis, com os privilégios da camada dominante juridicamente definidos, que de outra forma seria impossível manter a condição escrava dos produtos diretos”.⁴



No século XVIII, a situação mundial volta-se contra as monarquias ibéricas. O sistema colonial baseado no monopólio comercial – exclusivismo do comércio colonial face as suas respectivas metrópoles - entra em decadência, devido à grande transformação econômica ocasionada pelo aparecimento do capitalismo industrial.

⁴ Ib. Ibid, p. 62.

Paulatinamente, o capitalismo industrial domina a economia europeia, ocasionando o declínio do antigo sistema colonial. Ambos eram incompatíveis, uma vez que o sistema colonial tinha por base o monopólio comercial, enquanto o capitalismo industrial necessitava de liberdade de comércio para se desenvolver. Assim, a expansão deste implicava na retração daquele. Nas palavras de Prado Jr., “o progresso do capitalismo industrial na segunda metade do séc. XVIII voltar-se-á assim contra todos os monopólios; e a destruição completa destes parece cada vez mais como condição necessária do seu desenvolvimento”.⁵

No Brasil, os adeptos do liberalismo viam nas idéias liberais um instrumento de luta contra a metrópole, ou seja, o liberalismo significava a luta contra o monopólio, os privilégios, o absolutismo, o fisco e as instituições que beneficiavam aos comerciantes portugueses.

Mas foram, sobretudo, as circunstâncias externas que desencadearam as forças causadoras das mudanças que transformariam o Brasil em um país independente politicamente.

A expansão das Guerras Napoleônicas impôs à Inglaterra o bloqueio continental, que visava atingir a economia britânica impedindo seu comércio com os demais países europeus, inclusive Portugal. Este se viu em um impasse: aderir ao sistema napoleônico ou manter fidelidade à tradicional aliança com a Inglaterra. Tendo decidido manter o apoio à Inglaterra, Portugal foi invadido pelos exércitos napoleônicos, o que forçou o regente D. João VI, juntamente com a corte portuguesa, a transferir-se para o Brasil sob a tutela britânica, fazendo do Rio de Janeiro a sede da monarquia portuguesa.

Em termos econômicos, este acontecimento foi responsável pelo rompimento dos laços coloniais que ligavam o Brasil a Portugal, visto que, logo ao desembarque, D. João VI assinou um decreto abrindo os portos brasileiros a todas as nações, proporcionando ao Brasil o livre comércio, “A abertura dos portos brasileiros representa assim uma concessão que, embora de caráter provisório, estava assegurada pelos dominantes interesses ingleses”.⁶ As conseqüências do liberalismo comercial no Brasil foram bastante benéficas para sua

⁵ Op. Cit, p. 124.

⁶ Ib. Ibid, p. 128.

economia, visto que proporcionou o aumento das exportações, fator determinante para o desenvolvimento da atividade econômica.

A Inglaterra foi a principal beneficiada com a abertura dos portos. Com os tratados de 1810, os produtos britânicos atingiram a hegemonia no comércio brasileiro, uma vez que foram beneficiados com uma tarifa de importação preferencial de 15%, mais favorável até mesmo do que a aplicada aos produtos portugueses.

Daí decorre que no século XIX, o Brasil passou por grandes transformações. Durante os três séculos em que foi colônia portuguesa e, portanto, parte do sistema de monopólio comercial, caracterizou-se como uma colônia agrícola produtora de matérias-primas e produtos tropicais direcionados para o mercado europeu.

No século XVIII, a colônia deixou de lado, temporariamente, sua atividade agrícola em função da descoberta de jazidas auríferas, fato este que modificou o cenário econômico colonial. O açúcar, assim como a agricultura em geral, é desprezada em função da mineração que constituía o principal interesse da metrópole. A atividade mineradora não durou muito tempo, entrando em declínio no final do século XVIII e início do século XIX, em virtude do esgotamento das jazidas auríferas, como podemos verificar pela tabela abaixo⁷:

PRODUÇÃO DE OURO BRASILEIRO

<i>ANOS</i>	<i>PRODUÇÃO</i>
<i>1741/1760</i>	290.000 Kg
<i>1761/1780</i>	207.000 Kg
<i>1781/1800</i>	109.000 Kg
<i>1801/1810</i>	37.500 Kg

Fonte: PINTO, Virgílio Noya. Balanços das transações econômicas do século XIX, p. 127.

⁷ PINTO, Virgílio Noya. Balanços das transformações econômicas do século XIX, p. 127.

Diante da decadência da mineração, o Brasil retomou a agricultura e o pastoreio. Ao trabalhador que outrora se dedicava à mineração, restou retornar ao “seu modo de vida baseado na pequena propriedade onde cultivava a cana-de-açúcar, o milho, o arroz, o feijão, a mandioca, o algodão, o café e dedicar-se a criação de gado⁸”.

A produção açucareira que havia sido praticamente esquecida em função da mineração, volta a crescer quando ocorre uma revalorização do açúcar brasileiro no mercado internacional. Esta revalorização se dá em função das lutas coloniais por ocasião da Revolução Francesa, as quais provocaram a desarticulação da produção antilhana de açúcar, concorrente direta da produção brasileira. Juntou-se a isto, o incentivo propiciado pela abertura dos portos brasileiros, em 1808, e a alta dos preços da cotação do açúcar brasileiro na “Bolsa de Amsterdã”.⁹

A conjuntura econômica de fins do século XVIII impulsionou, também, a produção algodoeira brasileira, segundo Pinto,

“A dificuldade do principal produtor, os Estados Unidos, em virtude das guerras de independência e das guerras napoleônicas facilitaram o surto na região maranhense da produção e exportação algodoeira”.¹⁰

O dinamismo da economia colonial foi ainda beneficiado pelas modificações causadas pela transferência da monarquia portuguesa para o Brasil, especialmente a abertura dos portos, estabelecida pela carta régia de 28 de janeiro de 1808. Nesse ínterim, a produção algodoeira passou a ser absorvida, em sua grande maioria, pela Inglaterra em função da crescente necessidade de matéria-prima para o abastecimento das fábricas. “Na medida em que os preços se tornavam atraentes, várias áreas brasileiras dedicavam-se a cultura do algodão, invadindo mesmo as áreas de predominância açucareira”¹¹. Pela tabela abaixo, podemos observar o crescimento do valor do algodão brasileiro:

⁸ Ib. Ibid., 128.

⁹ Ib. Ibid, p. 128.

¹⁰ Ib. Ibid, p. 129.

¹¹ Ib. Ibid, p. 131

VALORES DAS EXPORTAÇÕES DE ALGODÃO BRASILEIRO

ANOS	VALOR DA ARROBA EM REIS
1809	3\$400
1813	4\$000
1815	6\$000

FONTE: PINTO, Virgílio Noya. Balanços das transformações econômicas do século XIX, p.131.

Com o estabelecimento da paz internacional, após as Guerras Napoleônicas, a economia brasileira entrou em um estado de arrefecimento, o qual será seguido por uma fase de crise econômica, ocasionada pela baixa dos preços e pela concorrência nos mercados internacionais. Segundo Pinto, o açúcar brasileiro sofreu a dura concorrência do açúcar cubano e do açúcar de beterraba. No caso do algodão, a concorrência era do algodão norte-americano, que se beneficiava de sua larga produção e de uma abundante mão-de-obra.¹²

Do ponto de vista do contexto político, o Brasil alcançou sua independência em relação a Portugal; mas, manteve-se ligado à Inglaterra através dos tratados de 1810, que permitia a instalação de comerciantes ingleses no território brasileiro, o que gerava um grande volume de produtos ingleses no mercado brasileiro. Desta forma, o volume de importações da Inglaterra aumentava, enquanto as exportações decaíam, causando um *déficit* na balança comercial brasileira. Para sanar as despesas, o Estado contraía empréstimos externos, principalmente à Inglaterra, a juros extorsivos, o que alimentava a crise. Somada à esta situação, ocorreu a decadência da agricultura tradicional, ou seja, o cultivo de açúcar e de algodão.

¹² *Ib. Ibid.*, p. 132.

Apenas na segunda metade do século XIX foi que a agricultura brasileira entrou em processo de ascensão, em função do aumento do preço do café no mercado externo. Paulatinamente, o café brasileiro assume um papel de destaque na pauta de exportações brasileiras no século XIX, como mostra a tabela a baixo:

PRINCIPAIS PRODUTOS DE EXPORTAÇÃO BRASILEIRA

<i>PRODUTOS</i>	<i>1821/1830</i>	<i>1831/1840</i>	<i>1841/1850</i>
<i>Açúcar</i>	30,1%	24,0%	26,7%
<i>Algodão</i>	20,6%	10,8%	7,5%
<i>Café</i>	18,4%	43,8%	41,5%

FONTE: PINTO, Virgílio Noya. Balanços e transformações econômicas do século XIX, p. 132.

O aumento da exportação de café foi responsável por tornar a balança comercial brasileira favorável.

Em termos comparativos, a segunda metade do século XIX deferiu em muito da primeira, haja vista que esta foi marcada por uma crise econômica, enquanto que a segunda por uma significativa melhoria financeira em virtude da crescente exportação de café.

Os reflexos da evolução econômica da segunda metade do século XIX podem ser descritos através da modernização pela qual passou o Brasil neste período, caracterizada pela construção de estradas de ferro, pela evolução do sistema bancário e pelo desenvolvimento industrial. Por outro lado, manteve-se a dependência agrícola brasileira, baseada na monocultura, e dependente das flutuações do mercado externo.¹³

No decorrer do século XIX, houve uma mudança no eixo econômico, do nordeste açucareiro para o sudeste cafeeiro. Tal alteração ocorreu em função da valorização do café no mercado mundial e gerou grandes e importantes que impulsionaram o aumento populacional e a urbanização.

¹³ PINTO, Virgílio Noya. Balanços das transformações econômicas no século XIX, p. 145.

Em termos internacionais, as transformações tomaram proporções ainda maiores. A Revolução Industrial¹⁴, na Europa, lançou as bases da Divisão Internacional do Trabalho, que estruturou as relações comerciais entre países industrializados e países fornecedores de matéria prima, no século XIX.

Tal fato permitiu a ampliação do mercado mundial, no qual o monopólio comercial foi substituído pela livre competição comercial.

¹⁴ Sobre a Revolução Industrial, veja-se: ROBSBAWM, Eric. A Era das Revoluções.

3- A COTONICULTURA NORDESTINA E O COMÉRCIO BRASILEIRO

3.1- O algodão no período colonial

O algodão do tipo *Gossipium Brasiliense* é uma planta nativa do Brasil. Seu cultivo esteve presente, desde antes da chegada dos europeus em território americano, sendo utilizado pelos indígenas de forma artesanal. O algodão fez parte do processo de ocupação produtiva da colônia, como um item da agricultura de subsistência, era utilizado na confecção de sacarias e de tecidos grosseiros que, limitada à circulação interna, visava atender às necessidades da massa populacional da colônia. Tal situação perdurou durante boa parte do período colonial, sendo profundamente alterada a partir da segunda metade do século XVIII, quando o algodão passou a ser utilizado como matéria-prima nas fábricas têxteis que surgiram na Europa.

A Revolução Industrial inglesa, ao necessitar de uma crescente quantidade de matéria-prima para o abastecimento de suas fábricas, acabou por estimular a produção algodoeira em várias partes do mundo, inclusive no Brasil.

A maior parte da matéria-prima utilizada nas fábricas inglesas, vinha dos Estados Unidos. Este fornecimento foi interrompido em decorrência da Guerra de Independência do referido país entre 1776 e 1783 a qual proporcionou a inclusão do Brasil como fornecedor de algodão para a Inglaterra através de Portugal, sua metrópole. Tal situação fez com que o algodão passasse de agricultura de subsistência para agricultura mercantil, direcionando sua produção para o mercado externo.

Neste contexto, o Nordeste brasileiro surgiu como uma região propícia para o desenvolvimento da cotonicultura, em decorrência das condições climáticas favoráveis ao cultivo do algodoeiro. A expansão da cotonicultura foi ainda beneficiada pela retração da cana-de-açúcar, como foi descrito no capítulo anterior, a qual passou a ceder espaço físico e mão-de-obra. A princípio, o algodão era cultivado na zona da Mata, mas, à medida que avançava para o interior, adaptava-se melhor as condições de cultivo.

Rapidamente o algodão tornou-se uma cultura de exportação e revelou-se mais democrática que a cana-de-açúcar, pois podia ser cultivada tanto por grandes proprietários

quanto por pequenos agricultores,¹⁵ tendo em vista que o seu plantio não exigia grandes porções de terra nem um grande investimento, além de poder ser cultivado juntamente com a lavoura de subsistência. Isto contribuiu para que o algodão assumisse um papel de destaque na pauta de produtos exportados para a Europa.

O beneficiamento do algodão era bastante simples e acessível. A princípio consistia em colocar o algodão dentro de um pedaço de couro de boi com buracos; batendo-se nele com pau, separava-se o caroço da fibra.

A cotonicultura surgiu como uma alternativa de ocupação econômica para os homens livres, pois

“Nas grandes propriedades rurais, os senhores permitiam, em troca de um pagamento, que lavradores ocupassem pequenos lotes de terra com suas roças e criações, plantando algodão. O pagamento podia ser feito em produto, quando o lavrador era o “parceiro” que entregava parte de sua colheita; ou em trabalho, quando o trabalhador era um simples “morador de condição”. Estas formas de pagamento, que deram origem a relações de trabalho ainda hoje existentes, variavam de acordo com a posição social e econômica daqueles que não possuíam terra. Deve ser registrada, ainda, a figura do “jornaleiro”, o trabalhador que se empregava por jornada de trabalho, mediante uma remuneração em dinheiro, utilizado, sobretudo, nas épocas de plantio e colheita.”¹⁶

¹⁵ ANDRADE, Manuel Correia de. *A Terra e o homem no Nordeste*, p. 125.

¹⁶ MONTERIRO, Denise Mattos. *Introdução à história do Rio Grande do Norte*, p. 103.

As condições de cultivo e beneficiamento – a princípio utilizando descaroçadeiras rudimentares – permitiram que o algodão fosse cultivado em pequenas propriedades, sob o labor de uma mão-de-obra livre, uma vez que todo o processo de produção, do plantio até o beneficiamento exigia poucos recursos por parte do produtor.

Uma das grandes vantagens da lavoura algodoeira era a possibilidade de associação com uma cultura de subsistência (dentre elas a mais comum era a associação com o milho e o feijão), possibilitando aos pequenos agricultores a produção, em uma mesma área, do alimento e do produto comercial. O cultivo do algodão era rentável para o proprietário da terra mesmo após à colheita, realizada no período mais seco do ano, visto que as ramas do algodão, juntamente com as palhas do milho, serviam como alimento para o gado.¹⁷

A expansão da produção algodoeira no final do século XVIII – o denominado primeiro surto exportador – foi responsável pela urbanização das regiões produtoras, uma vez que atraía os beneficiadores, geralmente comerciantes, que se instalavam nos núcleos populacionais, com suas máquinas beneficiadoras.¹⁸

Na produção de algodão no Nordeste brasileiro, o Maranhão se tornou o principal produtor, chegando a substituir a produção americana no mercado britânico, tendo um valor crescente no mercado mundial, como mostra a tabela a baixo:

EXPORTAÇÃO DE ALGODÃO PELA CAPITANIA DO MARANHÃO

<i>ANO</i>	<i>QUANTIDADE DE ARROBAS EXPORTADAS</i>
<i>1760</i>	651
<i>1771</i>	25.478
<i>1788</i>	63.510
<i>1800/1807</i>	200.000

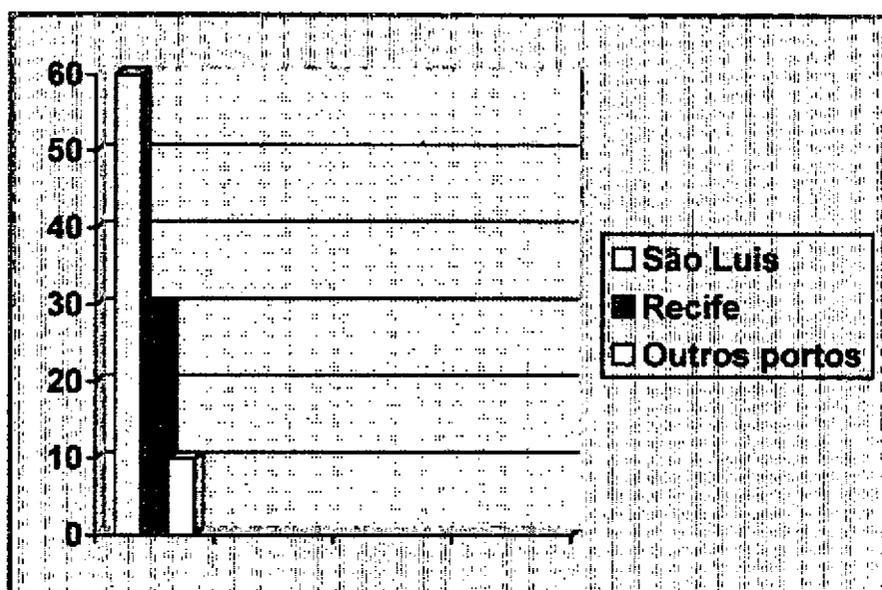
FONTE: SINGER, Paul. Desenvolvimento e evolução urbana, p. 281.

¹⁷ ANDRADE, op. Cit, p. 125.

¹⁸ MONTEIRO, Denise Mattos. Um outro Nordeste: o algodão na economia do Rio Grande do Norte,

O algodão chegou a atingir o valor de 7\$200 por arroba no ano de 1788.

Pernambuco também teve uma importante participação no primeiro surto algodoeiro, em função do porto de Recife ser o segundo porto algodoeiro do Brasil, ficando atrás apenas do porto de São Luis, como mostra o gráfico a seguir, referente ao ano de 1796.



FONTE: SINGER, Paul. Desenvolvimento e evolução urbana, p. 282.

O primeiro surto exportador de algodão para o mercado externo europeu implicou numa mudança, na pauta de exportações brasileiras, que até então dependia basicamente de um produto: o açúcar.

Com o fim das Guerras de Independência nos Estados Unidos, as plantações americanas retomaram o mercado inglês, em função de uma produção em larga escala, incorporando imensas áreas de plantio, com terras de qualidade superior as do Nordeste brasileiro e com um sistema agrônômico especializado, utilizado na grandes propriedades monocultoras.¹⁹ O ponto decisivo da retomada do mercado europeu pelos americanos deu-

¹⁹ SILVA, Alcir Veras da. Algodão e indústria têxtil no Nordeste, p. 31.



se em 1793, com a invenção da máquina de descaroçar o algodão herbáceo, o que superou em muito os produtores de algodão arbóreo brasileiros.²⁰

O retomado da produção americana no comércio algodoeiro pode ser observado pela tabela abaixo:

IMPORTAÇÕES DE ALGODÃO PELA INGLATERRA

<i>ANO</i>	<i>DOS E. U. A.</i>	<i>DO BRASIL</i>
<i>1800</i>	40.347 sacos	30.593 sacos
<i>1801</i>	51.447 sacos	37.900 sacos
<i>1802</i>	105.187 sacos	72.660 sacos
<i>1803</i>	103.063 sacos	70.263 sacos
<i>1804</i>	102.174 sacos	45.739 sacos
<i>1805</i>	122.078 sacos	52.141 sacos
<i>1806</i>	124.092 sacos	47.802 sacos
<i>1807</i>	171.267 sacos	18.981 sacos

FONTE: tabela elaborada a partir de dados contidos em SINGER, Paul.
Desenvolvimento e evolução urbana, p. 284.

O algodão brasileiro, não tendo como concorrer com o norte-americano passou a se restringir ao mercado interno e os grandes proprietários rurais retornaram à cultura da cana-de-açúcar ou do café ou a criação de gado.

O arrefecimento do algodão nordestino, frente a concorrência norte-americana, não pôde ser evitada, uma vez que o mercado consumidor de algodão era, nesse período, reduzido à Inglaterra. Esta situação provocou a parcial desativação da cotonicultura brasileira.²¹

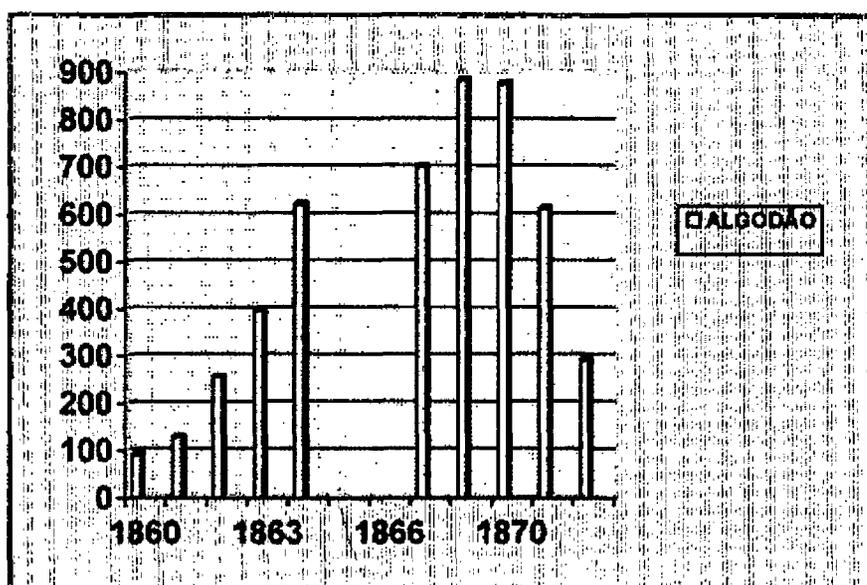
²⁰ O algodão arbóreo, a princípio cultivado no Brasil, possuía um ciclo vegetativo que durava em média de três a cinco anos, enquanto o algodão herbáceo possuía ciclo vegetativo anual.

²¹ SILVA, op. Cit, p. 31.

3.2- Produção e comércio do algodão no século XIX

A partir do século XIX o algodão brasileiro voltou a aparecer no cenário internacional. A conjuntura política interna, causada pela transferência da família real portuguesa para o Brasil, que ocasionou a abertura dos portos brasileiros, a partir do princípio do livre cambismo, favoreceu o desenvolvimento das exportações brasileiras, inclusive a do algodão. Mas, foi, sobretudo, um fator de ordem externa o responsável pelo desenvolvimento da cotonicultura brasileira no século XIX: a Guerra de Secessão norte-americana (1861-64), que novamente interrompeu as exportações americanas para o mercado inglês²². Pela tabela abaixo, podemos verificar o crescimento da exportação de algodão pelo porto de Recife.

ALGODÃO EXPORTADO PELO PORTO DE RECIFE



FONTE: SINGER, Paul. Desenvolvimento e evolução urbana, p. 292.

²² *Ib. ibid*, p. 31.

Na primeira metade do século XIX, o cultivo do algodão passou por um processo de desenvolvimento e maior aproveitamento, quando se passou a extrair o óleo da semente do algodão. Outro fator que contribuiu para essa evolução foi a introdução de mudas de algodão herbáceo de origem norte-americana, que se adaptou perfeitamente ao clima nordestino, espalhando-se rapidamente pelo Agreste e Sertão, invadindo inclusive áreas de matas devastadas e de terras outrora ocupadas pelo plantio de cana-de-açúcar.²³

O aumento da procura externa pelo algodão, e seu alto valor no mercado mundial neste período fez com que os grandes proprietários rurais brasileiros organizassem um sistema de cultivo de algodão semelhante ao utilizado para a produção açucareira, ou seja, a cotonicultura foi organizada em forma de *plantation* pelos grandes proprietários rurais. Não só os grandes proprietários rurais investiram na cotonicultura, mas também os pequenos agricultores que viram na cotonicultura uma oportunidade de ascensão econômica. Segundo Andrade, a cotonicultura dispunha de fatores que possibilitavam essa ascensão.

“A possibilidade de poder fazer cultura associada, como também o fato de ser a mesma de ciclo vegetativo curto e de não ter a agricultora necessidade de industrializar o produto, faziam com que o algodão, mais democrático que a cana se tornasse cultura de ricos e pobres.”²⁴

Neste período, a mão-de-obra mais utilizada era a livre, visto que o curto ciclo vegetativo do algodão tornava inviável o uso do trabalho escravo, em função de se trabalhar apenas oito meses por ano.

²³ Ib. *ibid*, p. 26.

²⁴ ANDRADE, *op cit*, p. 128.

A maior parte da mão-de-obra livre assalariada era composta por trabalhadores não qualificados e sazonais que se empregavam, geralmente nas grandes propriedades rurais, nos momentos da semeadura e da colheita, no auge da produção. Os salários variavam de acordo com a lei da oferta e da procura. Na década de 1860 e primeiros anos da década seguinte, em função da procura de mão-de-obra desencadeada pelo aumento na produção algodoeira, os salários subiram consideravelmente. Contudo, no final da década de 1870, verificar-se-ia um declínio dos níveis salariais em função das secas que empurravam os trabalhadores do Sertão para a Zona da Mata.²⁵

A partir da década de 1860, os preços do algodão se elevaram; característica esta que representou o segundo surto exportador de algodão, como mostra a tabela a baixo:

VALOR DO PREÇO DO ALGODÃO EM ARROBAS

<i>ANO</i>	<i>PREÇO POR ARROBA</i>
<i>1860/61</i>	7\$933
<i>1861/62</i>	10\$563
<i>1862/63</i>	18\$930
<i>1864/65</i>	22\$500

FONTE: SINGER, Paul. Desenvolvimento e evolução urbana, p. 291.

Com o fim da Guerra de Secessão, os Estados Unidos retomaram sua antiga posição no mercado mundial como principal produtor/fornecedor de algodão, enquanto o Nordeste brasileiro volta a enfrentar o problema da falta de condições para competir com o algodão norte-americano.

²⁵ FRAGOSO, João Luís. Economia brasileira no século XIX: mais do que uma plantation escravista exportadora, p 158.

A retomada da produção americana com o fim da Guerra de Secessão implicou numa retração da exportação brasileira de algodão para o mercado externo. Porém, no final do século XIX, o Brasil já havia iniciado o seu processo de industrialização o que possibilitou a absorção da produção algodoeira nordestina pelo mercado interno, a partir do final da década de 1880²⁶.

²⁶ Sobre este assunto, veja-se: TAKEYA, Denise Mattos. Um outro Nordeste: o algodão na economia do Rio Grande do Norte

4- A EXPANSÃO ALGODOEIRA NO RIO GRANDE DO NORTE NA DÉCADA DE 1860

No período colonial a pecuária e o açúcar foram responsáveis pela vitalidade econômica da província do Rio Grande do Norte, sendo a criação de gado a maior e mais importante atividade econômica norte-rio-grandense.

O açúcar não teve a mesma importância que em outras províncias nordestinas, a exemplo de Pernambuco. Já a pecuária, foi a principal atividade provincial até o ano de 1845, data em que ocorreu uma das maiores secas do Nordeste, responsável pela dizimação de boa parte do gado bovino. Esta seca demonstrou a fragilidade da pecuária diante das condições climáticas nordestinas e fez com que a capitania passasse a investir mais na agricultura, fazendo crescer o cultivo da cana-de-açúcar.

PRODUÇÃO DE AÇÚCAR EM ARROBAS

ANOS	AÇÚCAR
1851	979
1852	14.900
1853	48.846
1854	100.954
1855	144.51
1856	153.725
1857	228.855
1858	232.076
1859	225.495
1860	278.438

Fonte: Falas e Relatórios dos Presidentes da Província do Rio Grande do Norte, referente aos anos de 1851 a 1860.

“A grande seca de 1845 impulsionou a agricultura na faixa litorânea da província, uma vez que esta era menos sujeita aos efeitos da falta ou da irregularidade de chuvas. Assim, o tradicional cultivo da cana-de-açúcar cresceu e o número de engenhos açucareiros do Rio Grande do Norte quadruplicou.”²⁷

Com relação ao algodão, deve ser observado que desde fins do século XVII ele se tornara objeto de uma agricultura mercantil. A Guerra de Independência norte-americana (1776/1783) foi responsável pela interrupção do fornecimento de algodão americano para as fábricas têxteis inglesas que se expandiam. Este fato fez com que o Brasil assumisse o lugar outrora ocupado pelos Estados Unidos, passando a exportar o algodão para a Inglaterra.

Assim, a cotonicultura, que antes fazia parte apenas da agricultura de subsistência, torna-se uma agricultura mercantil voltada para o mercado externo. Não só o Rio Grande do Norte, como também outras províncias nordestinas investiram na cotonicultura. Este ficou conhecido como o primeiro surto exportador do algodão brasileiro para o mercado externo. O Rio Grande do Norte não participou ativamente desta primeira fase, na verdade apenas ensaiou-se um cultivo em maior escala se comparado como o que se produzia ao nível de subsistência. Apesar disto, o primeiro surto exportador de algodão causou um pequeno impacto sobre a província do Rio Grande do Norte.

Desta forma, o final do século XVIII, o algodão surge como produto econômico destinado ao mercado externo²⁸, podendo ser cultivado tanto em áreas secas quanto em áreas do litoral. O algodão norte-rio-grandense, geralmente comprado em Natal era revendidos em Recife ou Paraíba para ser exportados, principalmente para Lisboa e de lá seguia para a Inglaterra.

²⁷ MONTEIRO, Denise Mattos. Introdução à História do Rio Grande do Norte, p. 129.

²⁸ CASCUDO, Luis da Câmara. História do Rio Grande do Norte, p. 378

A expansão da cotonicultura proporcionou a diversificação da economia provincial, visto que o Rio Grande do Norte passou a produzir um produto agrícola – além do açúcar – destinado à exportação.²⁹ O algodão, ao contrário da cana-de-açúcar, era uma cultura que não necessitava de financiamento e de equipamentos caros, o que permitiu a sua persistência como lavoura.

A cotonicultura era a preferida dos pequenos agricultores por lhes ser mais acessíveis a maioria dos pequenos lavradores. As condições de cultivo e beneficiamento eram demasiadamente simples e baratas, podendo ser cultivado em pequenas propriedades utilizando mão-de-obra livre e associado a uma cultura de subsistência; estes motivos favoreceram a disseminação da cotonicultura pelo Rio Grande do Norte. Em função de todos estes fatores e, do curto espaço de tempo existente entre a sementeira e a colheita, a cotonicultura tornou-se uma prática comum e possibilitou a ascensão de pessoas que dispunham de poucos recursos econômicos.

Na fase do primeiro surto exportador, boa parte dos lucros obtidos com a comercialização do algodão ficava com os grandes produtores rurais e com os mercadores portugueses que monopolizavam o comércio. Os comerciantes que se fixavam nas mais importantes vilas e cidades nordestinas eram representantes da burguesia mercantil portuguesa, a qual atuava como intermediários entre o Brasil e o comércio inglês. No caso do Rio Grande do Norte, além dos comerciantes portugueses havia a dependência administrativa e comercial a Pernambuco, o que significava a impossibilidade de um comércio direto.

“As mercadorias a serem exportadas eram dirigidas ao porto de Recife, para daí serem enviadas à Europa, assim como as importadas entravam pelo mesmo porto, para depois serem enviadas ao Rio Grande do Norte.”³⁰

²⁹ MONTEIRO, Denise Mattos. Um outro Nordeste: o algodão na economia do Rio Grande do Norte (1880 – 1915), p. 25.

³⁰ MONTEIRO, op. Cit, p. 104.

A própria manutenção da capitania dependia de Pernambuco sob a forma de dependência da “Junta da Fazenda” pernambucana – instância para a qual era enviada a renda arrecadada no Rio Grande do Norte – e que decidia o valor que deveria retornar à capitania para custear as despesas com sua manutenção. Nem mesmo a euforia econômica causada pela carta régia de 28 de janeiro de 1808, que possibilitou o livre comércio através dos portos brasileiros, foi capaz de libertar comercialmente a província do Rio Grande do Norte da dependência pernambucana. Cabia à capitania continuar embarcando todos os seus produtos por Pernambuco, ficando assim sujeito às oscilações e vontades dos compradores de uma única e exclusiva praça distribuidora.

Segundo Cascudo, José Inácio de Borges, governador da capitania do Rio Grande, aproveitou-se da situação que envolveu o contexto da Revolução Pernambucana de 16 de março de 1817 para libertar-se da sufocante dependência em relação a Pernambuco. Assim, os produtos que deveriam ser exportados pelo porto de Recife, passaram, a partir daquele ano a serem escoados pelo porto de Natal. Porém, a oficialização da Alfândega de Natal só ocorreu no dia três de fevereiro do ano de 1820, através de um decreto real. No mesmo ano, devido ao dinamismo econômico proporcionado pelo primeiro surto exportador de algodão, foi criada a “Casa de Inspeção do algodão”, responsável pela fiscalização do algodão exportado para o exterior, garantindo a sua qualidade a fim de evitar a concorrência.

Após a Guerra de Independência norte-americana, os Estados Unidos recuperaram o seu lugar como principal produtor e fornecedor de algodão para o mercado britânico. Isto ocasionou uma acentuada crise econômica no Nordeste devido à queda nos preços do algodão.

Apesar do arrefecimento da cotonicultura, o algodão norte-rio-grandense continuou a ser cultivado e exportado durante a primeira metade do século XIX, mas em quantidade reduzidas.

A queda do preço do algodão levou a um retorno à pecuária na província, fazendo com que esta atividade voltasse a desempenhar um importante papel na província até meados do século XIX. Da mesma forma, a lavoura canavieira volta a ter importância como atividade agrícola na província.

A partir da segunda metade do século XIX, o algodão ressurgiu como importante produto agrícola na pauta de exportações, quando passou a ser cultivado em larga escala

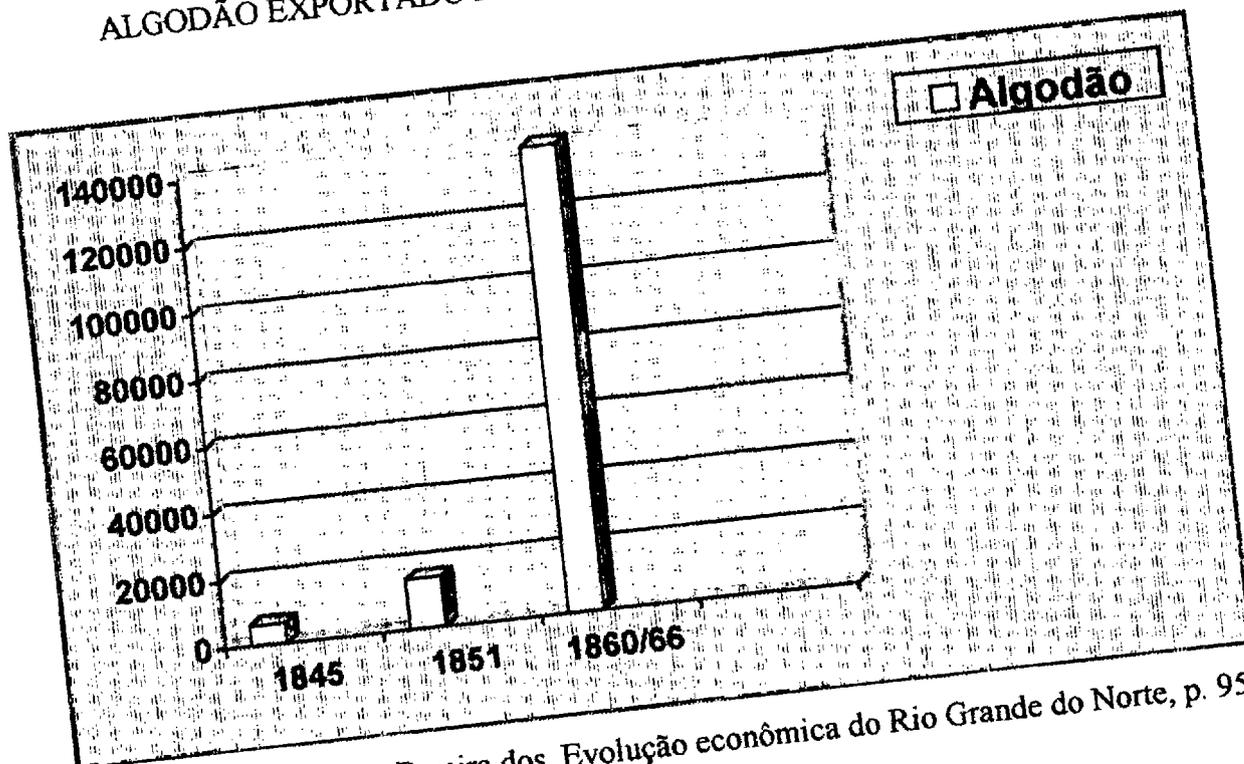
nos municípios de São Gonçalo, Pau dos Ferros, Jardim, Campo Grande, Portalegre, São José de Mipibu, Mossoró, Macau, Angicos, Açu, Goianinha e em pequena escala nos municípios de Touros e Ceará-Mirim.³¹

O aumento nas exportações de algodão decorreu de um acontecimento externo ao Brasil, que proporcionou o redirecionamento da economia norte-rio-grandense para a cotonicultura. Na década de 1860, novamente ocorreu a interrupção do fornecimento de algodão por parte dos Estados Unidos – principal fornecedor para o mercado britânico – em função da Guerra de Secessão norte-americana que ocorreu entre 1862 e 1865. Este fato deu um novo estímulo para que o nordeste brasileiro e, conseqüentemente o Rio Grande do Norte, retomasse a produção algodoeira. O aumento da produção/exportação de algodão ocasionou o segundo surto exportador, consolidando a cotonicultura como uma atividade agrícola típica da região nordeste e de grande importância para a economia do país, e, particularmente para o Rio Grande do Norte. Em função do aumento do preço do algodão no mercado externo, vários agricultores aderiram ao plantio do algodão, principalmente pela facilidade de cultivo. Desta forma, o algodão passou a ser cultivado em áreas de grandes dimensões, passando a ser uma cultura de grande importância econômica para a província, principalmente no período de 1862/1865.



³¹ CASCUDO, Luis da Câmara. História do Rio Grande do Norte, p. 385.

ALGODÃO EXPORTADO PELO PORTO DE NATAL, EM ARROBAS.



Fonte: SANTOS, Paulo Pereira dos. Evolução econômica do Rio Grande do Norte, p. 95.

Os reflexos dessa expansão no aumento da receita provincial referente ao período 1860-66, pode ser observado pela tabela a baixo:

RECEITAS PROVINCIAIS

<i>ANOS</i>	<i>VALOR EM REIS</i>
<i>1860</i>	102:123: 211
<i>1861</i>	159: 502:948
<i>1862</i>	120: 470: 347
<i>1863</i>	118: 030: 660
<i>1863/64</i>	182: 415: 671
<i>1864/65</i>	229: 518: 506
<i>1865/66</i>	257: 209: 087
<i>1867</i>	186: 888:755

Fonte: Falas e Relatórios dos Presidentes da Província do Rio Grande do Norte, referente aos anos de 1860 a 1866 e CASCUDO, Luis da Câmara. História do Rio Grande do Norte, p. 382.

Segundo Monteiro³², nas décadas de 1850 e 1860 a agricultura norte-rio-grandense esteve representada pelas culturas do algodão e da cana-de-açúcar. A tabela abaixo nos permite observar a tendência ao crescimento da produção de açúcar e algodão no decorrer da década de 1850.

³² MONTEIRO, op. Cit, p. 32.

PRODUÇÃO DE AÇUCAR E ALGODÃO EM ARROBAS

<i>ANOS</i>	<i>AÇUCAR</i>	<i>ALGODÃO</i>
<i>1851</i>	979	12.602
<i>1852</i>	14.900	15.149
<i>1853</i>	48.846	18.632
<i>1854</i>	100.954	4.020
<i>1855</i>	144.551	15.121
<i>1856</i>	153.725	6.869
<i>1857</i>	228.855	14.209
<i>1858</i>	232.076	23.966
<i>1859</i>	225.495	16.116
<i>1860</i>	278.438	16.545

Fonte: Falas e Relatórios dos Presidentes da Província do Rio Grande do Norte, referente aos anos de 1851 a 1860.

A economia norte-rio-grandense integra-se ao mercado internacional na medida em que passa a exportar, sobretudo algodão e açúcar e importar vários artigos manufaturados, os quais eram destinados ao consumo das elites urbanas.

O segundo surto exportador de algodão foi responsável pela expansão da atividade comercial da província com o estabelecimento de casas comerciais especializadas nos negócios de importação e exportação. Data deste período a firma de Fabrício Gomes de Pedrosa, especializada na compra, principalmente, de algodão e açúcar que seriam exportados diretamente para a Inglaterra. Dentre as empresas estrangeiras que se estabeleceram na província, destaca-se a firma de Johan Ulrich Graf, um das primeiras a chegar ao Rio Grande do Norte.

A grande atividade comercial na província gerou um aumento no número de navios que freqüentavam os portos do Rio Grande do Norte, proporcionando o desenvolvimento

da província e um avanço na urbanização. Assim, foram feitos melhoramentos com, por exemplo, do porto de Natal em 1860,

Outro fator resultante do desenvolvimento comercial e urbano alcançado pela província neste período foi o aumento da população do Rio Grande do Norte que, segundo Monteiro,³³ ultrapassou 6000 pessoas.

Com o fim da Guerra de Secessão, os Estados Unidos retomaram sua posição frente ao mercado britânico. Em consequência, a produção brasileira de algodão entrou em crise. Na província do Rio Grande do Norte, em 1872, o presidente da província Henrique Pereira de Lucena, já apontava um *déficit* nas receitas do Estado. O motivo apontado pelo presidente da província foi à queda das exportações norte-rio-grandenses, em especial as de algodão. Neste contexto, várias casas comerciais foram fechadas e comerciantes transferiram-se para outras regiões do Nordeste, principalmente para a Paraíba. Este fato foi responsável por provocar uma retração econômica no Rio Grande do Norte, agravando ainda mais a crise.

Em função da difícil situação da província, a empresa de Johan U. Graf encerrou suas atividades em 1873, e a empresa de Fabrício Gomes de Pedrosa paralisou suas atividades, em 1872.

Diante das dificuldades econômicas pelas quais passava a província, o poder público contraiu vários empréstimos junto ao Banco do Brasil, com o intuito de sanar o *déficit* que passou a se apresentar permanentemente na década de 1870. A tabela a seguir, mostra a baixa e a queda brusca ocorrida no valor dos principais produtos agrícolas exportados pelos portos da província, entre 1871/72 e 1872/73:

³³ MONTEIRO, op. Cit, p. 138.

VALOR, EM REIS, ARRECADADO COM AS EXPORTAÇÕES PROVINCIAIS.

<i>ANOS</i>	<i>ALGODÃO</i>	<i>AÇÚCAR</i>
<i>1871/72</i>	<i>97:917\$867</i>	<i>502:771\$915</i>
<i>1872/73</i>	<i>19:950\$450</i>	<i>1:855\$810</i>

Fonte: Falas e Relatórios dos Presidentes da Província do Rio Grande do Norte, referente aos anos de 1871 a 1873.

Esta retração econômica caracterizou o fim do segundo surto exportador, que foi responsável pelo grande dinamismo na economia norte-rio-grandense nos anos de 1860.

Duas décadas depois do segundo surto exportador, o Rio grande do Norte voltaria a ter o algodão como seu principal produto econômico, mas destinado ao mercado interno, em função do desenvolvimento da indústria têxtil do Sudeste brasileiro.

5- CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cultura do algodão foi de grande relevância na história econômica do nordeste, ocupando um lugar de destaque na economia do Rio Grande do Norte. A expansão da cotonicultura, impulsionada por fatores externos, possibilitou uma certa “democratização” social, em função das condições de cultivo do algodão; cultivo este que exigia poucos recursos por parte do produtor podendo ser cultivado em pequenas porções de terra, associado a culturas de subsistência. Tais características possibilitaram, em muitos casos, a ascensão econômica e social de agricultores que dispunham de poucos recursos.

Em termos de Nordeste, o desenvolvimento da cotonicultura significou a introdução de um outro produto agrícola, que não a tradicional cana-de-açúcar destinada à exportação, ou seja, possibilitou uma diversificação na economia nordestina. No caso específico do Rio Grande do Norte, o aumento da produção de algodão significou uma mudança no eixo econômico norte-rio-grandense, apoiado até então essencialmente na pecuária. A fragilidade do gado diante das secas nordestinas foi um dos fatores responsáveis por essa mudança, visto que se buscou na cultura do algodão uma atividade econômica mais sólida.

O aumento do fluxo comercial do algodão no Rio Grande do Norte foi responsável por importantes mudanças como a criação da Casa de Inspeção de Algodão e a criação da Alfândega do porto de Natal, entre outras. O segundo surto exportador de algodão também foi responsável pelo estabelecimento de casas comerciais que se dedicavam ao comércio de importação e exportação, assim como atraiu para a província vários comerciantes. Este desenvolvimento comercial ocasionou, ao longo da década de 1860, um *superávit* nas receitas provinciais.

A partir da década de 1870, observa-se um retrocesso na economia norte-rio-grandense, em função de retomada da produção algodoeira norte-americana que visava, sobretudo o mercado britânico, o que ocasionou a queda nos preços do algodão, em função da concorrência. Este acontecimento pôs fim ao segundo surto exportador de algodão brasileiro para o mercado externo. Com isso, vários comerciantes transferiram-se para outros Estados e importantes casas comerciais foram obrigadas a encerrar suas atividades.

A economia brasileira, se considerada em seu conjunto, sentiu pouco a retração da cotonicultura, visto que, neste período, o café iniciava seu processo de ascensão no mercado mundial. Mas, para o Rio Grande do Norte, o fim do segundo surto exportador provocou uma grande crise econômica, induzindo o poder público a contrair empréstimos com o intuito de sanar o *déficit* público, ocasionado pela diminuição das exportações de algodão. O algodão norte-rio-grandense, apesar da crise que se estabeleceu na década de 1870, não deixou de ser cultivado, porém passou a ter sua produção reduzida.

6- BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, Manuel Correia de. *A Terra e o homem no Nordeste*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1986, p.124-130.

CASCUDO, Luis da Câmara. *História do Rio Grande do Norte*. 2. ed. Rio de Janeiro: Achiamé, Natal: Fundação José Augusto, 1984, p. 376-407.

DIAS, Manuel Nunes. Expansão europeia e descobrimento do Brasil. In: MOTA, Carlos Guilherme. *Brasil em perspectiva*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 15-46.

FRAGOSO, João Luis. Economia brasileira no século XIX: mais do que uma *plantation* escravista-exportadora. In: LINHARES, Maria Yedda. *História geral do Brasil*. 5. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990, p. 158.

FURTADO, Celso. *Formação econômica da América Latina*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lia, editor S.A., 1970, p. 55-65.

MONTEIRO, Denise Mattos. *Introdução à história do Rio Grande do Norte*. Natal: Editora da UFRN, 2000, p. 101-155.

PINTO, Virgílio Noya. Balanços das transformações econômicas no século XIX. In: MOTA, Carlos Guilherme. *Brasil em perspectiva*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 126-145.

PRADO JR., Caio. *História econômica do Brasil*. 22. ed. São Paulo: Brasiliense, 1979, p. 13-141.

ROBSBAWM, Eric. *A Era das revoluções*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p. 43-69.

SANTOS, Paulo Pereira dos. *Evolução econômica no Rio Grande do Norte (do século XVI ao século XX)*. Natal: Clima, 1994, p. 55-96.

SILVA, Alcir Veras da. *Algodão e indústria têxtil no Nordeste*. Natal: Universitária, 1980, p. 27-58.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Conquista e colonização da América portuguesa*. In: LINHARES, Maria Yedda. *História Geral do Brasil*. 5. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990, p. 15-68.

SINGER, Paul. *Desenvolvimento e evolução urbana*. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1932, p. 271-301.

TAKEIA, Denise Monteiro. *Um outro Nordeste: o algodão na economia do Rio Grande do Norte (1880-1915)*. Fortaleza: BNB. ETENE, 1985, p. 101-155.

FONTES

Falas e Relatórios do Presidente da Província do Rio Grande do Norte, 1850-1873.

